



Circular em alianças: metodologias de colaboração e movimentos entre mundos

(Circular en alianzas: metodologías de colaboración y movimientos entre mundos)

(To circulate in alliance: methodologies of collaboration and movements between worlds)

Maria Fantinato G. Siqueira¹
Vered Engelhard²
Camila Nobrega R. Alves³

Em um tempo um pouco mais linear, esse dossiê começou cerca de um ano atrás, quando rascunhamos a chamada com o desejo de reunir trabalhos que produzissem reflexões sobre modos de fazer - ou metodologias - de construções entre diferentes territórios, lutas, posicionalidades e sentir-pensares. Para nós, o ponto de partida eram formações de alianças de modo antirracista e feminista, ou a partir de movimentos ativistas e comunidades dissidentes.

Propusemos a chamada a partir de perguntas que vêm de lugares que também habitamos - entre a pesquisa, a arte, a educação, o ativismo, o jornalismo - e de nossa busca por pensar a partir da nossa prática que também é pedagógica, de ensino, ou, na verdade, de aprendizagem, mútua, coletiva, em caminhadas contínuas. Como editorxs, posicionamos nosso gesto dentro de uma busca por dialogar, costurar, e fazer circular reflexões, elaborações, críticas e escritas a partir de diferentes territórios, movimentos sociais, saberes, redes, práticas, raízes, formas de existência.

O uso do termo alianças na chamada deste dossiê não foi pensado a partir de um referencial teórico específico. Tínhamos menos apego aos termos do que a possibilidade de sermos provocados pelo que viria desde fazeres e elaborações comprometidos com as lutas e vivências coletivas e

1 Educadora e pesquisadore. Mestra em Comunicação Social (UFRJ) e doutora em Música (Universidade Columbia). Pós-doutoranda no departamento de Antropologia Cultural (Universidade Duke). mf2969@columbia.edu

2 Doutorande e professore bolsista (teaching fellow) no departamento de Culturas Latinoamericanas e Ibéricas na Universidade Columbia. Artista independente. v.engelhard@columbia.edu

3 Doutoranda na Divisão de Gênero, professora convidada e co-coordenadora do grupo de pesquisa “How to move beyond climate change narratives”, Universidade Livre de Berlim / Jornalista transmídia, fundadora do Beyond the Green / Integrante da coletiva Intervozes. camilaalves@zedat.fu-berlin.de



comunitárias; e como a experiência, o fazer, e o vocabulário do dia a dia, da linguagem vernacular, propõem e fazem teoria. Como outras pessoas que trabalham em aliança, em colaboração, entendem essas palavras, e que outras noções e formas de aprender das práticas surgem a partir do fazer conjunto?

Como resposta, recebemos textos potentes, muitos feitos de forma coletiva, e os sentimentos não apenas como produtos finais em si, mas também como deságues de processos já traçados, marcados, refletidos e muitas vezes atravessados pelo desafio de muitos obstáculos de tempo-espaco-hierarquias acadêmicas. Por isso, foi uma alegria também poder trabalhar junto a um espaço de publicação que traz a possibilidade de processos coletivos e interessades em dinâmicas que extrapolam os muros das universidades. Agradecemos muito à equipe da revista por este convite, que nos trouxe um desafio e trabalho intensos, mas feitos a partir de um desejo de colaborar com a provocação necessária de mudança nos contextos acadêmicos.

Nossas reflexões conjuntas sobre esses temas vêm de uma longa trajetória de amizade, amor e parcerias. Compartilhamos nossos afetos desde lugares de muitos acessos e muitos entraves e muitas ficções de possibilidade. Como alimentar territórios de onde viemos e com os quais colaboramos em roda, utilizando os espaços acadêmicos e culturais, ainda que esses sejam profundamente imersos em contradições e estruturas violentas? Como fomentar processos que façam sentido, façam eco, façam algo que amplifique e favoreça o bem viver?

Ao longo do caminho recebemos trabalhos que nos apresentaram uma série de questões sobre as potencialidades e limites do texto acadêmico como plataforma de crítica ao mundo moderno, e que apontam e lidam de distintas formas com as maneiras que a colonialidade e o cis-hetero-patriarcado embranquecente estruturado em racismos hierarquiza e invisibiliza saberes, histórias e memórias. Essas reflexões e críticas têm trajetórias longas a serem reconhecidas e respeitadas. Nos artigos a seguir, muitas dessas referências são mencionadas e também invocadas, ou chamadas ao diálogo. Os textos aqui publicados se debatem com essas contradições, e apontam e elaboram de diversas formas, a partir de alianças, coalizões, colaborações, vivências, experiências, partilhas de conhecimento e modos de buscas de fazeres.

Como a pergunta da posicionalidade se coloca quando passamos a levar em conta que todo conceito tem terra (ou terras), tem nascentes, tem ancestralidade, tem geopolítica, tem alimento, tem território? Entendemos que habitar espaços acadêmicos é enfrentar todo dia processos que historicamente produzem apagamentos dos pertencimentos dos conceitos, sendo o conhecimento eurocentrado e (tecno)científico marcado como descorporificado, desterritorializado, e generalizável, enquanto tantos outros conhecimentos, saberes, cantos, vocabulários, modos de



viver, ser, caminhar, pertencer, e elaborar profundamente sobre o mundo não cabem no cânone, na história, na linguagem, na teoria – por ter muita terra, muito corpo, muito afeto, muito barulho, muito encantamento, muitas vozes, muitos tempos...

Neste número, essas reflexões aparecem em textos que lidam com as estratégias, desafios, e processos de aliança, relembração, territorialização, re-existência, ocupações de algumas esferas das institucionalidades e rompimentos com as mesmas, coletividades mais autônomas em contextos de lutas pelas terras e águas, pela vida e pela memória, pela saúde e pela dignidade, pelos corpos e autonomias fora do sistema colonial de sexo e gênero e pela justiça, pelo território, pela cidade, pelo bem viver, pela reparação histórica. Nosso convite nas próximas páginas é que elas possam abrir mais reflexões e novas perguntas, além de oferecer contribuições que narram processos de transformação em andamento.

Como editorxs entendemos que a linguagem não está dada, que temos que subverter, desafiar nossas expectativas de sentido, mas também respeitar contextos, convenções culturais e histórias. Em nosso processo editorial ressoou também uma pergunta que atravessa nossos fazeres: até que ponto trabalhar pela legibilidade enquanto sabemos que os termos do legível estão atados a noções de gramática colonizantes e neoliberalizantes?

Faz parte do cotidiano lidar com distintas temporalidades e distintas noções do prazer e do bem viver, do que é a celebração, a comunicação, os meios, as linguagens, os saberes, o que é compreensível, o que se faz sensível, o que é para não ser dito. Ao mesmo tempo percebemos, desde nossas experiências, que a circulação traz uma outra perspectiva da escala das coisas. Quanto mais nos aproximamos das redes de circulação internacional/global, maiores parecem ser os tubarões, a força devoradora das camadas de colonialidade, atravessadas por racismo, transfobia, homofobia e xenofobia, se tornam assustadoras de novas formas, e as hierarquias geopolíticas gritam mais alto e com mais rigidez.

Assim, temos enxergado dinâmicas e hierarquias que antes não conhecíamos de perto. Nos demos conta que viver entre mundos é também um lugar em si, e não necessariamente uma conexão entre lugares. Ao mesmo tempo, para nós, pessoas latino americanas dissidentes nos debatendo com a própria branquitude, fica o entendimento de que não basta nomear nosso lugar. Nos une a luta constante para desviar e não corroborar ou participar nas cadeias extrativistas de produção do conhecimento e circulação de artes e saberes nas universidades do chamado norte



global. Há armadilhas porque não há binários rígidos entre ser ponte ou ser token do extrativismo, participar de alianças ou ser o corpo que favorece dinâmicas extrativistas – neste último caso operando antes de tudo a primeira extração necessária para a reprodução de violências, a extração de si mesmo, a entrega de si para esse jogo, o pacto embranquecente de alienação.

Este dossiê foi feito com nossos pés em Abya Yala - entre o Peru, o Brasil - Estados Unidos e Alemanha. Estávamos também atentos ao fato da revista ser ligada ao NuCuS, da Universidade Federal da Bahia: entendendo este como um espaço acadêmico e um território com suas próprias histórias, lutas, e potências.

Uma das perguntas que colocamos na chamada de textos para esse dossiê era: como alianças evidenciam e encontram brechas para ampliar a articulação de resistências e formas mais dignas de colaboração? Entre uma das estratégias para lidar com essa pergunta, encontramos textos que apontam para práticas pedagógicas, e para o ensino, educação e saber para além das paredes das instituições.

O texto co-autorado por Maria Beatriz Barreto do Carmo, Bianca Rückert, Thais Rodrigues Penaforte, Larissa Santos da Silva Marques e Ana Catharina de Freitas Rocha, “Rodas de cura e cuidado com mulheres negras rurais e quilombolas: extensão e diálogo de saberes” parte da experiência de extensão universitária conduzida por professoras e graduandas da UFBA, do Bacharelado Interdisciplinar em Saúde do IHAC e da Faculdade de Farmácia intitulada “Saberes Tradicionais e Populares de Cura e Cuidado.” Concebida como uma “ação de educação popular em saúde” com mulheres negras rurais, quilombolas, ribeirinhas, pescadoras, geraizeiras e agricultoras da Bahia e de Sergipe, o programa buscou horizontalizar os saberes sobre a saúde através do fortalecimento de vínculos de reciprocidade entre as participantes, adotando o formato da roda num encontro virtual no contexto da pandemia onde, entre o negacionismo e o autoritarismo que afetou desproporcionalmente as comunidades racializadas e tradicionais, as mesmas noções de saúde e de cura entraram em crise. As autoras relatam as estratégias adotadas em torno da experiência, oferecendo, junto com o marco teórico, uma orientação prática para iniciativas futuras, concebendo assim a sua contribuição como parte de um “movimento de ocupação dos espaços da ciência dominante, perturbando-a com o vigor da oralidade tradicional.”

“radio-Apu_sintonizando la crianza del Buen Vivir urbano” reúne uma multiplicidade de vozes do território das Lomas de Lúcumo em Lima, Peru. Escrito, transcrito e desenhado por



Arely Amaut, o texto gira em torno da luta pelo bem viver urbano e a relembração dos mitos e lendas do território a partir do trabalho educativo em parceria com a escola local I.E. 6100 Santa Maria Reyna e o Apu (morro-divindade) tutelante do território. Assim, o texto é coletivo, pois se dá a partir de conversas com a professora Rosa Rondinel Carrillo, escritos da professora Nataly Albornoz Altamirano, e os testemunhos dos estudantes e das mães da escola durante as diversas atividades no território. A partir do deslocamento da sala de aula para o território e da criação de atividades extracurriculares de relembração coletiva e escuta que fazem com que as pessoas se sintam conectadas com a sua comunidade, a escola se transforma num lugar de intervenção a favor do bem viver e da reparação histórica, que fortalece o senso de comunidade com o território. Ao problema do currículo que não atende ao território como autor do conhecimento, surge a infiltração no horário e nos recursos econômicos da escola como estratégia para formar espaços de aliança. Como respeitar a opacidade como proteção da tradição, das cosmologias, e ao mesmo tempo contar as histórias urgentes? Acompanhando testemunhos e relembrações com uma série de imagens e diagramas, e feita de múltiplas vozes, a contribuição de rádio-Apu tensiona os limites do texto acadêmico com um formato que enfatiza a importância da oralidade e a não-verbalidade em comunicações com e desde a terra.

Em “Uma mirada nos Bastidores: a arte de Rosana Paulino como inspiração pedagógica contracolonial”, Késia dos Anjos Rocha nos convida a caminhar pela exposição A Costura da Memória, da artista visual Rosana Paulino na Pinacoteca de São Paulo em 2018, como parte de um processo de desaprendizagem e questionamento de verdades, rotas e modos hegemônicos, colonizados e colonizantes de sentir mundo. Ao longo de um texto cuidadosamente tecido no diálogo afetivo com o trabalho da artista, e em interlocução com debates decoloniais e contracoloniais e escritos, pesquisas e histórias de mulheres negras, a autora compartilha uma busca por práticas educativas que emergem do diálogo com a arte, e que se debruçam sobre memórias ancestrais “rasgadas pelos feitos coloniais” para ensinar a desaprender. A arte de Paulino, o texto propõe, ensina a desaprender pelo reposicionamento de lugar de objetos menores, pelo problematizar do silenciamento, da morte, das memórias, ao abrir fissuras na história. Inspirar-se no trabalho da artista na busca por uma prática pedagógica contracolonial seria seguir na busca pelo “fio rompido da trajetória” e, “mesmo nas idas e vindas da memória fraturada”, não deixar “de buscar pelas trajetórias e de arriscar processos de reedição.”

Memórias, no caso situadas nos campos da saúde e educação, estão no centro do texto “Entre trabalhadoras: alianças por conjuras em defesa da vida”. Aqui, Rosa Gouvêa de Sousa, Celso Sánchez Pereira, Cássia Beatriz Batista e Silva e Isabela Saraiva de Queiroz nos oferecem



um relato pessoal movido por lembranças de uma médica de família e comunidade e integrante de um coletivo de alianças entre trabalhadoras do Sistema Único de Saúde (SUS), do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e da Educação de uma região periférica de Minas Gerais. Neste relato afetado por encontros, dores, acolhimentos, trocas, respiros, violências partilhadas e desigualmente distribuídas, temos contato com o registro da existência de um coletivo diverso que se constituiu como espaço de cura, de gestos e afetos dentro da hora do trabalho. Coletivo este que atravessou um deslocamento brutal com a pandemia de Covid-19, quando o ex-governo federal repetiu incessantemente escolhas que desprezaram a ciência produzida pelas trabalhadoras que o compunham. Como o texto conta, diante desse “pacto autoritário e etnocida de governança”, que promovia “trajetórias de controle e de mortes”, as trabalhadoras mantiveram os encontros de modo virtual “como um ato político de afirmação e como aconchego e acolhimento.” O texto recorre à narração e elaboração de lembranças como busca por um pensar que escape à rigidez do pensamento médico moderno-colonial, e que ao mesmo tempo tenha em vista a responsabilidade desta contação e o reconhecimento de que o lembrar pode participar deste mesmo sistema.

O texto de Dagualberto Barboza da Silva, João Paulo Pereira Barros, Luis Fernando de Souza Benício, Carla Jéssica de Araújo Gomes e Lúcia Maria Bertini “Alianças entre coletivos LGBTQIA+: Articulações e re-existências em periferias de Fortaleza”, dialoga com o tema da chamada trazendo atenção para o processo de formação de redes de articulação de jovens em periferias que lutam para transformar o cotidiano da cidade com ações culturais e políticas. Baseado no pesquisa intervenção dos autores com a rede de coletivos juvenis “EntreColetivos”, atuante em periferias de Fortaleza, o texto nos convida a lidar com a complexidade de pensar em alianças como formadas a partir de condições de circulação ativamente interrompidas por políticas de morte, paralisação de fluxos, e estigmatização de corpos e territórios periferizados, atentando para a formação e existência de territorialidades diversas às engendradas por olhares dominantes. Na circularidade própria de sua escrita, o texto se organiza como uma costura de reflexões teóricas acadêmicas e o conhecimento produzido por jovens destes coletivos, que aparecem no texto em “cenas” que relatam momentos dos encontros de articulação da rede. Nota-se, aqui, o desafio de escrever sobre processos de organização política e luta pela vida na cidade que são multifacetados, densos e que não cabem em simples categorizações acadêmicas, tampouco em noções homogeneizantes do periférico e de formas de luta e resistência política na cidade.

Dissidências de sexo e gênero aparecem neste dossiê em diferentes textos, não apenas como objeto de análise, mas também como posicionalidades declaradas por diferentes autorxs. Trata-se, assim, de uma diversidade de olhares declaradamente atravessados por esses marcadores,



permitindo compartilhar formas de estar no mundo que se tornam legítimas posições de análise social e produção de conhecimento. É o caso do texto ““Boca a boca”: sobre como nós, lésbicas, chegamos até aqui”, em que Paula Silveira-Barbosa aborda a história oral como forma de resistência e construção de memória sobre a existência de mulheres lésbicas, enfrentando diversas formas de apagamento. A autora nos lembra que as memórias dominantes são diretamente atravessadas por sistemas de controle, criminalização, perseguição e outras formas de interrupção que também se refletiram e refletem na história de mulheres lésbicas, pessoas trans e travestis. Como exemplo, ela traz o caso das Operações Tarântula e Sapatão, promovidas pela Polícia Civil, no centro de São Paulo, durante a ditadura militar. Segundo a autora, as operações tinham como objetivo respectivamente processar e encarcerar lésbicas e travestis. Por outro lado, a autora oferece reflexões sobre um *continuum* de existências dissidentes que conectam passado, presente e futuro, situando formas de enunciar que vão além das formas tradicionais registradas nas construções sociais dominantes de história.

Já a entrevista com a feminista decolonial afro-caribenha antirracista Ochy Curiel Pichardo nos traz um histórico sobre a construção do lesbianismo feminista como uma corrente de pensamento que possibilita uma análise sistêmica, e não apenas focada na orientação sexual. Curiel Pichardo situa o lesbianismo feminista a partir da América Latina em uma perspectiva atrelada à noção de autonomia, que questiona o processo histórico de construção de dependência de mulheres a homens, bem como de outras formas de dependências articuladas na heteronormatividade colonial, tais como as relações atravessadas por formas de poder nas diferentes institucionalidades, incluindo as universidades. Ela fala sobre a trajetória que levou ao feminismo decolonial no qual se posiciona atualmente, situado em uma posição que não é apenas lesbofeminista, mas antirracista, anticapitalista e antimilitarista. Curiel Pichardo aborda também uma proposta política que se propõe a construir o caminho de partilha de conhecimentos a partir a universidade, mas não sob o gesto de tentar trazer outras lutas políticas para dentro dos muros da academia, senão que encontrar caminhos comuns que levem para o fortalecimento de movimentos sociais, bem como de outros espaços de partilha.

De que forma construir esse caminho? A própria entrevista da feminista afro-caribenha nos oferece respostas e possibilidades, a partir de suas práticas coletivas. Mas estas reflexões, experiências e desafios estão também presentes em muitos artigos nesta coletânea. Um desses desafios toma lugar de pergunta no texto “Contribuições decoloniais para a produção de conhecimento por pesquisadoras em contextos periféricos” que indaga: “Como pesquisadoras acadêmicas em contextos periféricos podem produzir conhecimento sobre suas realidades? E, de



modo circular, de que modo interlocutoras que se encontram fora da comunidade acadêmica podem se relacionar com a universidade e a pesquisa científica?”. A partir de uma reflexão honesta que trouxe novas perguntas, o artigo oferece caminhos em direção à decolonialidade, reconhecendo que se trata de processos em andamento e muito mais complexos do que o simples uso desse termo de forma indiscriminada e atropeladora. Como conclusão, Isabela Saraiva de Queiroz e Maria Juracy Filgueiras Toneli dialogam com Maria Lugones e Patrícia Hill Collins para pensar estratégias de resistência a partir de coalizões profundas entre mulheres.

Quando afirmamos a parcialidade dos conceitos, dos nossos corpos, e nossos limites de entendimento do mundo, também ampliamos o lugar do que é conhecimento, pois esbarramos em outras ignorâncias, fissurando o lugar confortável dos códigos do ambiente universitário. Falar de circular em alianças e metodologias de colaboração é nossa forma de tensionar o sistema acadêmico da pós-graduação em si, baseado na individualidade do pensamento e na contenção do tempo. Aprendemos das alianças afetivas, que se dão não entre indivíduos fixos mas em situações de ressonância. Aprendemos do palabreo, tão importante para o Conselho Ancestral Willka Yaku, aqui representado pelo texto de Eyder Calambás e o portfólio de Phuyu Uma e Isua Pørøpik. Ter o palabreo como modalidade central de troca implica uma outra noção de tempo e território, onde a fogueira é o coração de uma conversa que dura o que tem que durar. É ali, alimentando o fogo, que se pedem as permissões, se compartilham os saberes e sentires, se concebem as estratégias, se tomam as decisões. No contexto do palabreo não dá pra conter o tempo, porque esse contexto entende o tempo como dado pela palavra do território.

Num mundo devastador e aceleracionista, cuidar da palavra fazendo espaço para os tempos do território e dos afetos é re-existência. O texto de Daniela Andrea Mostacilla, Elisa de Oliveira Ribeiro e John Edison Sabogal-Venegas titulado “O caminhar da palavra: encontros de busca, memórias e curas” fala de outros tempos que precisam ser revisitados numa união de caminhantes e saberes rumo à sanção. As autoras recontam o seu intercâmbio em correspondências e videochamadas em torno da reconstrução da memória de uma delas, na experiência de busca de seu pai, que desapareceu no conflito armado da Colômbia. Insatisfeitas com a ineficiência e violência da burocracia estatal em lidar com processos de busca de desaparecidos, elas procuraram uma metodologia anti-institucional baseada em escritura e escuta, centrada na autonomia. Numa potente crítica à noção de metodologia, elas escolhem falar de “otras formas de construir conjuntamente en la virtualidad, en la presencialidad, a tiempos distintos, con ritmos particulares, con herramientas diferentes, con recursos materiales, emocionales, simbólicos que son variados.” A ferramenta que elas mencionam é a pá, usada para abrir a terra, tanto para desenterrar uma pessoa



desaparecida como para semear uma nova vida. Entre o luto e a semente, precisamos de tempo que só a autonomia nos permite. Elas falam do tempo de se preparar para ler algo que é forte, do tempo de leitura e do tempo de processar ela, da temporalidade da memória e da cura. A escrita aqui faz parte do infinito processo de caminhar em conjunto, desde distintas posicionalidades, em direção a algum senso de justiça e de cura.

Algo que aprendemos de muitos dos textos aqui é a potência de fomentar a colaboração desde uma fluidez entre a escrita e a oralidade. Precisamos ocupar os espaços acadêmicos, criando espaços que operam desde outras lógicas do que é o saber e a autoria. Autoria e co-autoria: que significa isso? Os artigos aqui presentes tensionam essa noção. No caso das contribuições de rádio-Apu e do Conselho Ancestral Willka Yaku, que falam desde as lutas territoriais Andinas, é essencial entender o território como autor.

O texto de Eyder Calambás, co-traduzido ao português por dues de nós, se titula “Origem Popular e Territorial da Criatividade. As artes nascem no território, são aprendidas pelas comunidades e oficializadas pelos artistas.” O texto inicia com uma crítica ao elitismo das escolas de arte feita a partir de um sentir-pensar situado nos processos dos povos originários do vale do Cauca na Colômbia. Desfazendo distinções entre arte e artesanato, Calambás centra a sua escrita na criatividade como eixo, argumentando por sua origem como popular e territorial. A escrita analisa os processos criativos no contexto da irrupção social de 2021, desde a experiência sensível nos setores populares na Colômbia, onde se agenciaram xs principais atorxs políticxs da resistência, chegando ao ponto de sustentar uma greve de muitos meses com sistemas de auxílio axs ferides, painéis comunitários, jornadas de ocupação das paredes e espaços públicos, e ações de reparação histórica. Recontando a eclosão desde o sentir-pensar Misak, Calambás nos faz entender também os processos criativos no marco da luta dos povos originários pelo bem viver no território, reconfigurando, assim, distinções entre arte e política numa perspectiva territorial centrada na prática criativa como categoria dominante. Isso leva-nos a reconsiderar o que são os espaços de aprendizado, integrando o compartilhar de saberes e fazeres nas lutas territoriais, construindo processos mais amplos de “desenho comunitário...rumo a mundos outros”.

Junto com esse ensaio, o Conselho Ancestral Willka Yaku está presente neste dossiê com um portfólio e na nossa capa. Se apresenta uma tradução do roteiro do vídeo “Memórias da Avó Água” de Phuyu Uma e Isua Pørøpik. O vídeo reconta a “primeira corrida cerimonial em união pela Água”, feita no ano 2011 por jovens de diversos povos originários no maciço andino colombiano, percorrendo as nascentes do rio Yuma (conhecido também como rio Magdalena) até sua foz no mar do Caribe. Essa tarefa foi um mandato do território para a nova geração em busca de uma re-



conexão espiritual, geográfica e pedagógica com a MamaYaku (mãe água). A corrida cerimonial é um processo de conexão entre os territórios vinculados pelas águas, os ancestrais, animais e plantas, e entre grupos de educação em práticas de proteção das fontes de água. Nessa jornada, a arte é mais um ponto de apoio para uma re-harmonização intergeracional com o território, que implica necessariamente uma dimensão espiritual que se faz necessária para continuar uma luta ancestral. Junto com este roteiro, se apresenta uma série de gravuras “Mandatos da Avó Água”, as quais recolhem distintos testemunhos das avós nos palabreos que se deram nos distintos territórios da corrida. Finalmente, a capa apresenta um Tsatsø, colibri em Nam Trik, língua Misak, feito de uma mochila que leva um totumo, este último usado para levar chicha ou água.

De que maneira o território fala? Como se registra e comunica essa fala? E como os conhecimentos e saberes territoriais chegam até os espaços da ciência e da academia branca eurocentrada? As reflexões de Ana Laide Soares Barbosa, educadora social junto a povos e comunidades tradicionais e membra do movimento Xingu Vivo, na entrevista que concedeu a uma de nós, examinam com profundidade este último ponto, e abrem também o debate para outros tópicos centrais que buscamos mobilizar neste dossiê. Soares Barbosa reflete sobre as violências, contradições e sufocamentos que podem se dar nos trânsitos de conhecimentos ancestrais, cotidianos e situados a modelos acadêmicos e científicos de medir a vida e o meio em que povos e comunidades da Volta Grande do Xingu vivem. Aqui, a régua dos laudos científicos é analisada na sua não-relação com os saberes da canoa e dos caminhos pelos rios que eram vividos por pescadoras e pescadores da região antes desta ser profundamente devastada pela construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. Enquanto Soares Barbosa partilha seu conhecimento vivido e de pesquisa e atuação na região junto aos povos e comunidades afetados pela UHBM, somos convidadas a nos perguntar com seriedade sobre o que devemos buscar aprender, e sobre os tipos de escuta necessários para articular-nos a lutas contra as políticas de morte, ecocídio, e o extrativismo ocorrendo nos territórios dos quais nossas vidas e corpos são feitos e alimentados. As palavras da educadora, ativista e pensadora apontam para perguntas e ponderações centrais que nos desafiam a tomar tempo para rever as formas colonizadas e colonizantes da academia e da ciência refletir sobre ser, estar, agir e pesquisar nos mundos devastados de hoje. Soares Barbosa também nos leva a posicionar a questão do movimento entre mundos, no título de nosso dossiê, como uma pergunta sobre os mundos dos encantados, dos humanos, dos peixes, das águas, das matas.

A noção de territórios e as grandes transformações pelas quais eles são afetados também aparece em outras contribuições. Diretamente a partir de uma experiência coletiva de trabalho na Bacia do Paraopeba, Ana Alvarenga de Castro, Caena Rodrigues Conceição, Jéssica Cristina



Alvaro de Oliveira e Lídia Carlos Vieira propõem uma reflexão sobre o crime ambiental perpetrado pela companhia Vale em Brumadinho, que resultou no rompimento de uma barragem em janeiro de 2019. Elas questionam a noção de reparação de pessoas atingidas, propondo uma análise do modelo de cálculos de compensações enraizado no capitalismo racista e cisheteropatriarcal. Intitulado “O Direito à Reparação Integral na Bacia do Rio Paraopeba: Uma crítica ao modelo racista e cisheteropatriarcal de mineração”, o artigo vai além e propõe uma nova leitura e prática, calcado em um entendimento de reparação integral. Para tal, elas mobilizam lentes interseccionais do feminismo negro, do racismo ambiental, de território e da territorialidade, dialogando também com referências dos feminismos decolonial e comunitário para entender de que maneira a matriz de dominação interseccional afeta a participação e o acesso a direitos das camadas mais precarizadas das populações atingidas.

Enquanto isso, em outro estado também na região Sudeste, mais especificamente a partir da Zona Oeste do Rio de Janeiro, a coletiva Teia de Solidariedade narra suas formas autônomas de re-existência baseadas na agroecologia e na soberania alimentar, construindo reflexões de forma conjunta a partir da prática, a partir do chão que se pisa e onde se vive. No artigo “A teia de solidariedade de gênero, raça e classe na experiência da Coletiva Popular de Mulheres da Zona Oeste do Rio de Janeiro”, Silvia Baptista, Caren Freitas e Mariana Bruce compartilham suas estratégias de luta no contexto histórico da pandemia de covid-19. Elas contextualizam que a Zona Oeste do Rio de Janeiro se trata de um território de maioria negra e, simultaneamente, onde há a maior produção de alimentos da cidade. Unindo as pontas das lutas antirracistas e pela soberania alimentar, elas contam como, a partir de um processo de auto-organização que já existia a longo prazo, saíram em defesa da proposta de “morar e plantar”, articulando as lutas pela terra, pela moradia, pela alimentação adequada, pelo bem viver, pelo autocuidado e cuidado radical e pela saúde integral.

As diversas e ricas contribuições deste dossiê trabalham com o entendimento de que a colonização é um contínuo e, nesse sentido, a tentativa de desafiar certos binários – teoria e prática, pesquisadore e pesquisade, conhecimento e saber – e ideias específicas de autoria e natureza não é tarefa com fim possível. Não há solução ou resolução. Trata-se de uma batalha constante, uma guerra de fato, com a qual tanto os textos como nós como editorxs nos debatemos. Como entender um texto como algo terminado enquanto este quer expressar essa batalha interminável? O que é a



vida de um conceito comprometido com essas batalhas, dado que não existe uma teoria decolonial que vá descolonizar o mundo?

Sáimos desse processo de relação com os textos deste dossiê – publicados mas também pensando nas outras excelentes contribuições que não foi possível publicar no momento – com um entendimento de que a aliança está muito longe de ser dada como um valor. Vivemos em constante multiplicidade, ocupando simultaneamente posições em relação que são muitas vezes contraditórias entre si. Estar em aliança e colaboração é sobre colocar o corpo, compartilhar experiências e caminhar junto sempre desde as nossas diferenças. A imagem de estar junto em um mesmo presente, entoando uma mensagem uníssona e indo na mesma direção é uma ficção imperialista. Colocar o corpo junto é unir tempos fragmentados e territórios deslocados. Eu boto o corpo e minhas memórias e meus ancestrais vêm comigo. Colocamos o corpo e estamos em relação, compartilhamos processos e criamos em colaboração, compartilhamos lutas e vivemos em confluências. Precisamos atuar juntas para movimentar novos espaços de desejo, ocupando as velhas instituições, mas fazendo o nosso caminhar além delas. As formas de bem viver são muitas, mas todas elas partem de existir em comunalidade com o território.

Agradecemos no fundo de nossos corações a todas as contribuições para esse dossiê, ao NuCuS, à equipe editorial da revista, e em especial a Matheus Araujo dos Santos, que nos fez esse convite, manteve-se firme na escuta, colaboração e troca durante todo o processo, e confiou e alimentou esse fazer junto. Com muito respeito e *cariño*, convidamos vocês a compartilhar essas expressões e dar-lhes nova vida com os vínculos que se dão em cada leitura.

Maria Fantinato Géó de Siqueira, Vered Engelhard e Camila Nobrega Rabello Alves

